

FORMAS DE MORAR: ORGANIZAÇÃO E CULTURA MATERIAL DO ESPAÇO DOMÉSTICO EM ESTÂNCIA/SERGIPE (1840-1890)

Sheyla Farias Silva

Universidade Federal da Bahia

sheylafarias@yahoo.com.br

A história da família tem suscitado interesses entre pesquisadores desde a segunda metade do século XIX, cujos estudos, buscavam identificar, tipificar e analisar os diferenciados tipos de família existente nas sociedades antanho. Os novos estudos históricos sobre a família renasceram sobre a influência da chamada Escola dos Annales, em especial, com a terceira geração, a qual preocupada com o modo de pensar, de viver e de sentir das massas anônimas, adotou novos métodos de abordagem histórica, bem como novos objetos, entre estes, estão a família, a sexualidade, o casamento, a mulher e a criança. Desde então, os temas concernentes a família conquistaram predileção entre os historiadores e estes passaram a estudá-la sob a perspectiva da demografia, dos sentimentos e da economia doméstica.

Essa pesquisa objetivou através dos dados fornecidos pelos arrolamentos dos fogos por quarteirões associados com as informações atestadas nos inventários *post-mortem*, analisar a organização e os bens que compunham o espaço doméstico das famílias residentes na cidade de Estância/SE no período compreendido entre os anos de 1840 a 1890. Para isso, ao coligirmos a documentação consultada, nos valem dos pressupostos teóricos da História Social, a partir dos quais buscamos compreender os significados atribuídos pelos agentes investigados em relação à organização do seu fogo.

O cenário do Brasil oitocentista foi marcado por intensas transformações. Dentre as mais significativas destacaram-se a independência política (1822) e sua afirmação enquanto nação; a Lei de Terras (1850) que regulamentou o acesso a terra; o declínio da sociedade escravista devido às pressões internacionais para a abolição do trabalho escravo, movimentos abolicionistas, resistência escrava, entre outros, que tem em meados deste século seu primeiro enclave – a Lei Eusébio de Queiroz (1850) que proibiu o tráfico internacional de escravos e culminou com a Lei Áurea (1888) que deu

fim ao trabalho compulsório no Brasil, uma economia açucareira em crise no Norte, motivada fortemente pela concorrência internacional, a consolidação de um novo produto agrícola - o café - e a Proclamação da República (1889).

Foi justamente no oitocentos, considerado um século de intensas transformações, que Sergipe se integrou ao comércio internacional via exportação do açúcar. Acredita-se que o cultivo da cana em Sergipe tenha sido resultado da expansão da lavoura açucareira do recôncavo baiano, no final do século XVIII, sendo financiado pelas casas comerciais baianas. Foi graças a esses empréstimos que os lavradores e pecuaristas tornaram-se senhores de engenhos e de escravos, possibilitando, assim, a aquisição da mão-de-obra escrava, animais, utensílios, maquinarias, bem como a construção dos engenhos.

Nesse contexto, Estância, localizada na zona da Mata Sul de Sergipe, construiu sua riqueza. De uma economia pautada na criação de gado e cultivo de produtos para a subsistência, tornou-se em meados do século XVIII, o maior núcleo urbano da região sul, como também um grande centro açucareiro, comercial e financeiro, baseado no trabalho escravo, conquistando certa autonomia econômica frente a capital administrativa da Província (até 1855 São Cristóvão, a partir de então Aracaju). A esperança de encontrar um “paraíso terrestre” e construir fortunas, atraiu vários europeus às terras do Além Mar, alguns tornaram-se senhores de terras e de homens, outros comerciantes e muitos desprovidos de recursos migraram durante os vários anos da colonização para as regiões que desenvolviam atividades voltadas para a agroexportação. Contudo, alguns desses migrantes, desprovidos de recursos materiais suficientes para a montagem das grandes empresas agrícolas, passaram a compor a massa de homens livres pobres que poderiam viver subordinados a *plantation*, ou desenvolvendo ocupações ligadas às atividades urbanas.

A partir da análise dos registros de 675 fogos buscamos identificar o número de habitantes por fogos, quem eram os chefes desses domicílios e sua atividade produtiva, assim como atentamos para quem eram os outros habitantes dos fogos; se os cativos e os senhores residiam no mesmo espaço doméstico e se outras pessoas (agregados ou parentes) também compartilhavam esse espaço.

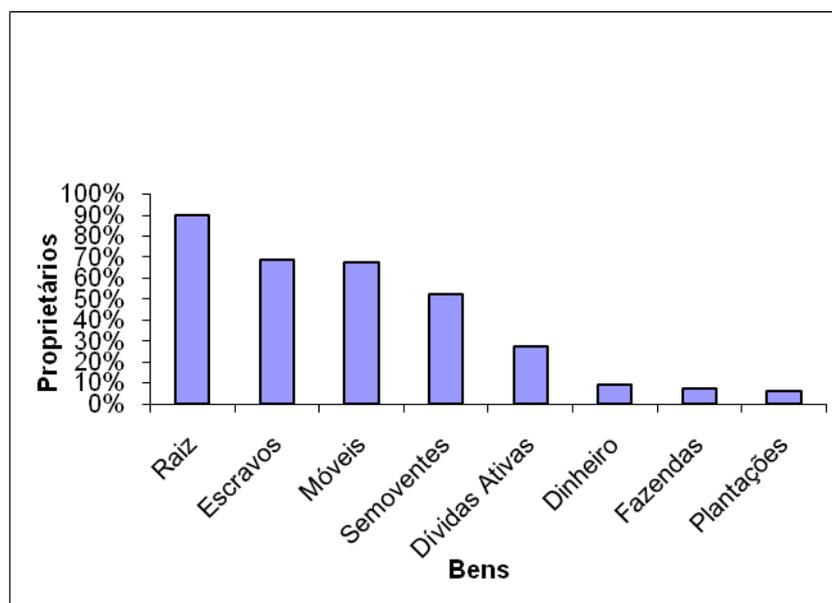
Já em relação aos 523 inventários *post-mortem* consultados, buscamos identificar e quantificar os bens que compunham as fortunas das famílias - tais como:

escravos; jóias, bens de raiz (casas, senzalas, terrenos, fazendas, chácaras e lavouras), semoventes (animais), bens móveis (imagens, roupas, trastes de casa, louça etc.), ferramentas, ações, dívidas ativas (valores a receber referente a empréstimos em dinheiro ou venda de bens), mercadorias, dinheiro, além de outros bens que compunham o *monte-mór* - e seus respectivos valores, o que permitiu a visualização do movimento da riqueza provincial. Foram ainda registrados nestes documentos valores de dívidas passivas, ou seja, valores a pagar referente a empréstimos ou compra de bens. O caráter descritivo desta documentação revela uma idéia aproximada da realidade material e do cotidiano das famílias, tornando-se essencial para compreender o funcionamento da unidade doméstica.

Para melhor visualizarmos as fortunas construídas neste período pelas famílias dessa Comarca, optamos em agregar os bens arrolados nas seguintes categorias: bens escravos; bens de raiz; bens móveis, que englobariam além dos trastes de casa, jóias e ferramentas; dívidas ativas; semoventes; dinheiro; plantações e estoques ou conforme menciona a linguagem da época “fazendas”, gêneros encontrados nas lojas dos comerciantes, geralmente compostas por tecidos, artigos para consumo, bebidas, secos e molhados.

A fim de identificarmos a composição da riqueza estanciana, verificamos nos inventários consultados em quais ativos os proprietários residentes dessa localidade investiam o capital acumulado. A partir desses dados percebemos que estes proprietários tinham na agricultura e no comércio os alicerces das suas fortunas.

Gráfico 1
Estância – Sergipe
1840 – 1890
Abrangência de bens entre os inventariados



Fonte: Inventários. Estância (1840 – 1890) – Arquivo Geral do Judiciário do Estado de Sergipe.

Em uma sociedade na qual a posse de escravos era sinônimo de riqueza, temos na Estância Oitocentista a presença deste bem em 68,5% dos inventariados consultados, sendo encontrado mesmo entre as fortunas mais modestas. Dessa forma a importância deste bem na sociedade em apreço é evidenciada pela sua constante presença nas fortunas, já que pode ser encontrado entre os mais pobres, os quais depositavam suas economias neste que às vezes era fonte de sustento e único ativo. Como podemos observar no inventário da Sr.^a Rita Maria de Jesus¹² que possuía somente 03 escravos, a saber Matildes(300\$000) e suas “duas crias”, Maria(90\$000)e Maria Pequena(50\$000), totalizando 440\$000.

Diante dos dados analisados podemos notar que a década de 1850 concentra 51,6% do total de cativos arrolados no período, sendo a gradativa diminuição do número de escravos ao longo das décadas, em parte explicada pela diminuição do número de inventários *post-mortem*, bem como resultado das Leis Abolicionistas.

Quanto ao tamanho da propriedade escrava, verificamos que predominou nesta região a pequena propriedade, abrangendo 45% das famílias inventariadas. Entretanto, 38% dos escravos pertencem a 8,5% das famílias, o que atesta uma concentração de cativos nas mãos de um pequeno grupo.

Desse modo, a idéia de latifúndios trabalhados por uma miríade de cativos negros não pode ser corroborada nesta região pelos dados apresentados. Nos 475 inventários consultados foram arrolados 2335 escravos que correspondem a 29,3% do montante da riqueza inventariada.

Em nossa pesquisa atentamos para os preços dos cativos, pois estes são importantes indícios para conhecermos seu caráter mercantil frente a outros bens com a aproximação da abolição da escravatura.

Em suma, mesmo exauridas as forças da escravatura pelas leis abolicionistas, o bem escravo ainda é encontrado constantemente entre os bens arrolados nas fortunas, sendo empregado nas mais diversas ocupações, representando 29,3% na composição da riqueza estanciana.

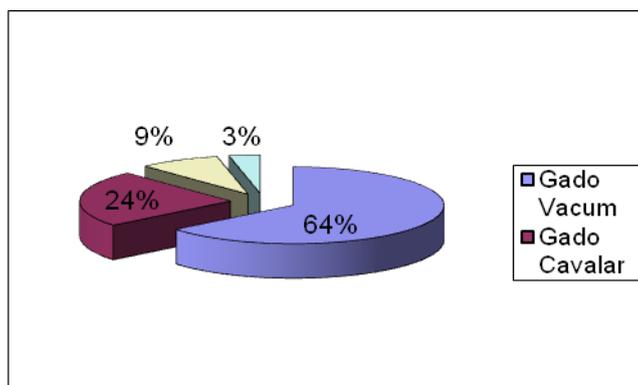
A posse de semoventes abrange a 52,6% dos inventariados consultados, o que está ligado à tradição pecuarista de Estância, já que a essa atividade possibilitava ao vaqueiro, como pagamento, parte na reprodução do rebanho. Outro fator favorável à constante presença de animais nos arrolamentos é o fácil transporte destes bens, já que os desprovidos de terras (este grupo corresponde a 8% dos proprietários de animais) poderiam praticar essa atividade nas terras onde estavam agregados. Vale ressaltar o caráter utilitário dos animais que poderiam servir como meio de transporte, força motriz e alimentação. Foram registrados 7505 animais, sendo 4814 gado vacum (120:358\$600), 1792 gado cavalari (69:759\$000), 651 ovelhas (1:002\$120) e 248 cabras (408\$460), correspondendo ao valor de 207:992\$780 das fortunas consultadas.

Gráfico 2

Estância – Sergipe

1840 – 1890

Distribuição de Semoventes



Fonte: Inventários, Estância (1840-1890) – Arquivo Geral do Judiciário do Estado de Sergipe.

Outro ativo arrolado nos inventários são os bens de raiz (casas, posses de terras, engenhos, imóveis em geral), correspondem a 37,9%

Podemos atribuir à Lei de Terras (1850) a crescente valorização dos bens de raiz, bem como à Lei Eusébio de Queiroz (1850) na medida que a abolição do tráfico de escravos no Brasil, possibilitou aos proprietários investirem em outros bens.

Com o advento da Lei de Terras (1850), o patrimônio imobiliário passou a ser valorizado. Agora não bastava ter somente escravos para ser considerado rico, precisava-se possuir terras, casas, malhadas, armazéns etc. A partir de então, os domicílios urbanos foram erguidos para demonstrar a ostentação da riqueza. Era comum encontrarmos entre os inventariados estancianos mais abastados a posse de sobrados, o que servia como diferenciador social. Foram registrados 27 sobrados na cidade de Estância. Geralmente, no térreo funcionavam as lojas onde era comercializado o que fora produzido em suas terras e no pavimento superior residia a família.

A ostentação da riqueza imobiliária urbana é evidente na cidade de Estância pelo uso da pedra de cal, janelas envidraçadas e azulejos na parte externa do imóvel, assim como a pobreza é atestada com a posse de uma casa de palha e taipa, estes detalhes preciosos nos foram fornecidos pelos inventários, que ao arrolarem estes bens fazem descrições da estrutura física, justificando assim o valor deste bem. A posse de um sobrado era o desejo dos menos afortunados, mesmo que isso significasse a abdicação de outros bens. Vejamos o exemplo da Sr.^a Firmina Rodrigues da Cruz³, casada com o lavrador José Ferreira do Nascimento, que acumulou durante a sua vida uma pequena fortuna avaliada em 2:737\$766, distribuída na posse de um escravo(1:000\$000), um sendeiro velho(60\$000), miudezas do lar(67\$766), um sítio na

Miranga com jaqueiras, cafezeiros, casa arruinada e casa de farinha(1:010\$000) e um “sobradinho” arruinado de taipa e telha, (600\$000) situado na rua do Bonfim, certamente utilizado como casa comercial.

Assim como o bem escravo, outro bem merece destaque no estudo das fortunas estancianas: são as posses de engenhos, às quais estavam associados os sonhos de uma sólida riqueza, bem como de prestígio e poder. Foram arrolados 95 engenhos e alguns inventariados possuíam quinhões em várias propriedades, devido às partilhas de heranças. Vejamos alguns dos maiores engenhos segundo o seu valor:

Tabela 1

Estância – Sergipe

1840 – 1890

Maiores em Engenhos em Contos de Réis

Ano	Engenho	Proprietários	Valor
1859	Engenho Glória	Maria Macaria de Calasans Leite	40:000\$000
1859	Engenho Castelo	Maria Macaria de Calasans Leite	35:000\$000
1876	Engenho Priapú	Glicéria Fontes Vilanova	35:000\$000
1862	Engenho São Félix	Paulo de Souza Vieira	32:000\$000
1870	Engenho Brejo	José de Matos Freire	28:000\$000
1871	Engenho Castelo	João José de Bittencourt Calasans	26:000\$000
1869	Engenho Franco	Josefa Alves de Macedo	25:000\$000
1880	Engenho Cedro	Ana Francisca de Macedo Silveira	21:000\$000
1885	Engenho Limeira	José Rodrigues dos Santos	20:000\$000
1877	Engenho Cassunguê	Rosália Freire de Carvalho	19:000\$000

Fonte: Inventários, Estância (1840-1890) – Arquivo Geral do Judiciário do Estado de Sergipe.

Outro bem que demonstra abastança ou pelo menos estabilidade financeira são as dívidas ativas. Segundo MATOSO (1978, p. 609), o ato de emprestar era quase obrigatório, por uma questão de posição e prestígio.

Temos na região a forte presença de empréstimos. Observa-se que era freqüente entre os credores estancianos colocarem pequenas quantias em mãos de várias pessoas, a exemplo do Sr. José Francisco Madureira⁵, pequeno comerciante, possuidor de uma fortuna avaliada em 7:288\$113, dentre a qual as dívidas ativas somam 3:072\$354 emprestados a 126 pessoas residentes em Estância, bem como em cidades

baianas. Diante do exposto podemos observar que o crédito não estava restrito aos moradores da cidade estanciana, sendo encontrados empréstimos efetuados em favor de moradores de diversas partes da Província e de cidades baianas.

Tabela 2
Estância – Sergipe
1840 – 1890
Maiores Credores

Ano	Credor	Valor	Monte Mór
1878	Modesto dos Santos	125:452\$500	174:317\$000
1881	Maria Antônia de Magalhães Ribeiro	97:721\$370	170:505\$400
1870	Manoel Joaquim da Silva Heitor	77:541\$760	116:972\$000
1872	Serafim de Matos Freire	59:004\$880	85:529\$130
1862	Nicolau Antônio de Abreu	50:102\$540	80:781\$530
1877	João Antônio de Mascarenhas	35:220\$250	51:839\$060
1862	Francisco José Martins	31:082\$870	61:053\$870
1861	Ana Francisca da Conceição Magalhães	30:403\$720	62:495\$960
1874	Ana Herculana do Sacramento Amorim	28:473\$000	57:433\$000
1862	Paulo de Souza Vieira	26:307\$850	97:615\$790

Fonte: Inventários, Estância (1840-1890) – Arquivo Geral do Judiciário do Estado de Sergipe.

Quanto à participação dos bens móveis, ferramentas e jóias, esses correspondem a 2,8% do total da fortuna acumulada pelos inventariados, demonstrando a escassez destes bens, cuja composição é de trastes de casa, imagens, louças, objetos de uso pessoal, enxadas, martelos, cabrestos, pregos, fivelas, carros de bois, canoas e rodas de ralar mandioca, nas casas estancianas. A presença de móveis reflete como diferenciador sociocultural, pois em alguns inventários podemos perceber a ostentação da riqueza pela presença de várias peças de ouro e prata, tais como: brincos, anéis, pulseiras, cordões, relógios, salvas, talheres, salvas, além das mobílias e ferramentas, entre as mais frequentes o carro de boi, bem como a presença de livros, instrumentos musicais e quadros.

Já entre os demais proprietários, dificilmente são arrolados móveis, e quando isso é feito, estão em péssimas condições de uso. Entre os móveis mais comuns destacam-se a roda de ralar mandioca e caixas para guardar roupas e mantimentos. A

presença de imagens religiosas são constantes nos inventários das mais diversas camadas sociais, o que atesta a influência religiosa nesta sociedade. Contudo, verificamos que a partir da década de 70 houve um enobrecimento mobiliário nas residências estancianas, verificado com o aumento do número de móveis e jóias, principalmente entre os afortunados.

Outro bem que merece destaque na composição das fortunas estancianas é a presença de mercadorias, devido ao seu caráter mercantil, foram encontradas em diversos inventários mercadorias prontas para o consumo final, sendo aqui neste trabalho, bem como nos documentos da época, denominadas de “fazendas”, correspondendo a 4,8% da fortuna inventariada.

Tabela 3

Estância – Sergipe

1840 – 1890

Maiores Comerciantes da Praça Mercantil de Estância

Ano	Comerciantes	Valor das Mercadorias	Participação no Monte-Mór %
1862	Joana Rodrigues Dantas Oliveira	11:199\$950	22,3
1874	Modesto dos Santos	7:434\$480	4,3
1877	João Antônio de Mascarenhas	7:413\$810	14,3
1869	Francisco Pacheco D'Ávila	6:586\$967	86,3
1881	Maria Antônia de Magalhães Ribeiro	6:014\$000	3,5
1886	Jerônimo Antônio Mascarenhas	4:701\$070	18,5
1872	Serafim de Matos Freire	4:689\$935	5,5
1884	Maria do Espírito Santo Amado	4:558\$780	46
1888	Eduardo Freire	4:493\$986	43,5
1870	Manoel Joaquim da Silva Heitor	2:557\$520	2,2

Fonte: Inventários, Estância (1840-1890) – Arquivo Geral do Judiciário do Estado de Sergipe.

Na categoria “dinheiro”, foram agrupados dinheiro em espécie, apólices e ações representando 9,2% dos inventários consultados. A partir desses dados percebemos que não era comum entre os estancianos guardar dinheiro, pois preferiam investir em bens que possibilitassem a ampliação do patrimônio. Entretanto, podemos constatar a importância da parcimônia entre os abastados estancianos.

Quanto à presença de plantações nos inventários, não podemos comprovar sua real participação nas fortunas, já que por vezes a avaliação destes bens estavam acoplados aos bens de raiz, correspondendo a 0,4% dos inventariados.

Destarte, a composição da riqueza na região da Mata-sul no período compreendido entre 1840-1890 está assim distribuída:

Tabela 4
Estância – Sergipe
1840 – 1890
Composição da Riqueza

Bens	Total em contos de réis	Porcentagem
Escravos	1.244:685\$781	29%
Raiz	1.637:429\$551	38,2%
Móveis	120:544\$035	2,8%
Semoventes	207:992\$780	4,8%
Dívidas ativas	878:725\$330	20,5%
Fazendas	78:840\$083	1,8%
Plantações	11:604\$800	0,3%
Dinheiro	111:908\$073	2,6%
Total	4291:729\$832	100%

Fonte: Inventários, Estância (1840-1890) – Arquivo Geral do Judiciário do Estado de Sergipe.

A partir desta tabela podemos observar que houve um destaque para a categoria bens de raiz que correspondem a 37,9% do total da riqueza dos proprietários. Contudo, essa expressiva participação dos bens de raiz na composição das fortunas está ligada à ampliação das unidades produtivas, seguidas pela categoria “escravos”, uma vez que são responsáveis pelas atividades produtivas. A constante presença de dívidas ativas nos inventários (20,3%) demonstra a dinâmica da economia estanciana, que foi capaz, por vezes, de financiar as atividades ligadas à agricultura.

Ao atentarmos para os dados, perceberemos que na década de 50 o bem escravo era o mais procurado, seguido pelos bens de raiz e dívidas ativas. Contudo, na

década de 60 temos um nítido crescimento dos bens de raiz, acompanhado pelas dívidas ativas, aqueles aproximando-se dos investimentos feitos ao bem escravo. E nas décadas de 70 e 80, os bens de raiz lideram a participação nas fortunas, seguidos pelas dívidas ativas. A partir destes dados podemos concluir que os reflexos das Leis de 1850 foram expressos em Estância com a mudança nos investimentos que outrora eram feitos nos bens escravos, para os bens de raiz e dívidas ativas.

Os inventários ainda revelam as dívidas passivas dos proprietários, ou seja, valores que deveriam ser pagos, cuja soma de 264:905\$680 corresponde a 23,1% dos inventariados consultados no período estudado.

Para visualizarmos a participação das dívidas ativas na construção da riqueza e presença das dívidas passivas nos inventários, formulamos a tabela 9. Para essa elaboração, somamos os valores totais das dívidas ativas, dividimos pelo número de credores, obtendo assim o valor médio, além de demonstrarmos o percentual de participação entre proprietários. Procedemos da mesma forma para com as dívidas passivas.

Tabela 5
Estância – Sergipe
1840 – 1890
Participação das Dívidas Ativas e Passivas
na Composição das Fortunas

	Ativas	Passivas
N.º Proprietários	136	110
%	27,8	23,1
Total em contos de réis	878:725\$330	264:905\$680
Média	6:461\$216	2:408\$233

Fonte: Inventários, Estância (1840-1890) – Arquivo Geral do Judiciário do Estado de Sergipe.

Diante do exposto, percebemos que a economia estanciana na segunda metade do século XIX estava assentada na agroindústria açucareira e no comércio, tendo como financiador o crédito local, que por sua vez estava ligado ao comércio.

Podemos afirmar que as mudanças no cenário econômico nacional refletiram na ampliação da participação de outros ativos nas fortunas estancianas.

REFERÊNCIAS

Fontes

1. Fontes Primárias

Aracaju - Sergipe

1.1.1. Arquivo Geral do Judiciário do Estado de Sergipe - AJUS

Cartório de Estância 1º e 2º ofício

Inventários *post-mortem* (1840 – 1890) Cx. 1 - 1^A e 12 -79^A

2. Bibliografia

ALCÂNTARA MACHADO, José de. *Vida e morte de bandeirante*. São Paulo: Martins, 1972.

ALENCASTRO, Luís Felipe de. *O Trato dos Viventes: Formação do Brasil no Atlântico Sul - séculos XVI e XVII*. São Paulo: Companhia das Letras, 2000.

FARIA, Sheila de Castro. *A Colônia em Movimento*. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1998.

FRAGOSO, João L.R. *Homens de Grossa Aventura: acumulação e hierarquia na praça mercantil do Rio de Janeiro (1790 – 1830)*. Rio de Janeiro: Arquivo Nacional, 1992.

FREIRE, Felisbela. *História de Sergipe*. Petrópolis: Vozes/ Aracaju: Governo do Estado de Sergipe, 1977.

FREIRE, Laudelino. *Quadro Coreográfico de Sergipe*. Rio de Janeiro: H.Garnier Irmãos. 1896.

MATTOSO, Kátia M. de Queirós. *Bahia: A cidade do Salvador e seu mercado no século XIX*. São Paulo: Hucitec; Salvador: Secretaria Municipal de Educação e Cultura, 1978.

_____. “A Opulência na Província da Bahia” In: ALENCASTRO, Luís Felipe de. *História da Vida Privada no Brasil: Império*. São Paulo: Companhia das Letras, 1997, p. 143-179.

MOTT, Luiz Roberto de Barros. *Sergipe Del Rey: população, economia e sociedade*. Aracaju: FUNDESC, 1986.

PASSOS SUBRINHO, Josué Modesto dos. *História Econômica de Sergipe (1850-1930)*. Aracaju: Programa Editorial da UFS, 1987.

SILVA, Sheyla Farias. *Nas Teias da Fortuna: Homens de Negócio na Estância Oitocentista (1820-1888)*. Salvador, 2005. Dissertação (Mestrado em História). Universidade Federal da Bahia.

² Inventário n.º 05 cx.43 – Cartório do 2º Ofício de Estância - 1852

³ Inventário n.º 09 cx.60 – Cartório do 2º Ofício de Estância - 1862

⁵ Inventário n.º 08 cx.61 – Cartório do 2º Ofício de Estância - 1862